

ACTA NÚMERO 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2007

Aos 28 dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, reuniu, pelas 9.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Celso Pimenta de Freitas, Dra. Angelina Teixeira e o senhor José Manuel Azevedo em substituição do senhor Dr. José Ribeiro da Costa Nunes, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Eng. Carlos Silva, Dr. Ricardo Martins, Eng. Luís Ramos e Dr. Amadeu Magalhães, respectivamente Presidente e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Celso Pimenta de Freitas, Eugénia Maria Moura Teixeira, Ercilia Gonçalves da Costa, Pedro Cunha, Abel Coelho, **Hernani Carneiro**, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Alberto Joaquim Sampaio Pinto, Olivia da Conceição Carvalho, José Emanuel Queirós, José da Silva Lima, Raimundo Magalhães Carvalho, Maria Rosa Castro Estebainha, Amélia Maria Gomes de Oliveira, **Manuel Cândido Mendes Costa**, Joaquim Baldaia, José Manuel Azevedo, António Jorge Vieira Ricardo, Marco Tiago Carneiro, Carla Babo, Armindo Rui Monteiro Barbosa, José Augusto Carvalho Pinto da Silva, Luís Miguel Magalhães Ribeiro, António Alcino Norte Simões, Sérgio Lima da Cunha, António Teixeira Mendes, **Carlos António Carvalho**, Joaquim José Macedo Teixeira, Manuel António Carvalho Nogueira, Manuel Costa Azevedo, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Fernando Carlos Gonçalves Cerqueira e António Júlio Vasconcelos Moreira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura
ABOADELA – João Pinheiro
ATAIDE – Lino Manuel S. Macedo
BUSTELO – Manuel Ribeiro da Lage

CANADELO – Manuel Claro
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga
CEPELOS – Américo Paulo Silva Ribeiro
CARVALHO DE REI – Ilidio Pinto
CHAPA – António Cândido Pinheiro
FIGUEIRÓ (S. TIAGO) - Daniel Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – António Magalhães Teixeira
FREIXO DE BAIXO – Armando Moura Maia
FREIXO DE CIMA – Abilio Neves
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira
FREGIM – Joaquim Sousa e Castro
GATÃO – Joaquim Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
S. SIMÃO - Eduardo Monteiro Pinheiro
JAZENTE – Manuel da Silva Pinheiro
LOMBA – Paulo Vasconcelos
LOUREDO – Carlos Mendes Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – Carlos Pereira
OLIVEIRA - José Leite Vieira
PADRONELO – Luís Ribeiro da Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
SALVADOR – António Pinheiro
SANCHE – Henrique Jorge Monteiro
TELÕES – Angelina Rosa Pinheiro Teixeira
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – Abilio Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho

Contados os elementos presentes na sala, verificou-se que havia quorum para se poder dar início aos trabalhos.

Justificaram as faltas em devido tempo os senhores: Luís Rua Van Zeller de Macedo, José Manuel Meireles Machado, Alcino Carvalho e Manuel António Leite Ribeiro.

Seguidamente foi dada a conhecer a correspondência que se encontra em pasta própria arquivada no processo desta sessão da Assembleia Municipal.

Entrou-se de seguida no **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo usado da palavra os senhores:

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra começou por dizer que teve conhecimento que foi assinado um protocolo com o Ministério da Saúde para a reorganização do Hospital S. Gonçalo. Quase ninguém tem conhecimento

desse protocolo. Que protocolo foi esse? Qual o seu âmbito? Que mais valias vai trazer? Com quem dialogou e quem consultou para, em consciência assinar esse protocolo? Terminou a intervenção dando os parabéns ao senhor Presidente da Câmara de Baião, que ao fim de dois anos como Presidente de Câmara conseguiu um Polo de ensino superior para Baião.

SR. FERNANDO CUNHA – PRESIDENTE DA JUNTA DE TRAVANCA

O senhor Presidente da Junta neste período da Assembleia a intervenção que a seguir se transcreve:

“Os Presidentes de Junta das Freguesias da zona de Vila Meã, nomeadamente da Freguesia de Ataíde, de Figueiró (Santiago), Figueiró (Santa Cristina), Mancelos, Real e Travanca, ao tomarem conhecimento da possibilidade do encerramento do Agrupamento Horizontal de Escolas do Vale do Odres, de imediato e no sentido de manifestar o desejo das populações que representam, enviaram uma carta à Ex.^a Directora Regional da Educação do Norte com a posição de total descontentamento e desaprovação em relação a este assunto. (até ao momento não recebemos qualquer resposta)

Actualmente confrontados com a decisão da fusão do Agrupamento Horizontal de Escolas do Vale do Odres com a EB 2,3 de Telões, já com efeitos no ano lectivo 2007/2008, constituindo o agrupamento Vertical de Telões, solicitamos uma reunião com carácter de urgente ao Director Regional Adjunto Dr. António Leite, para mais uma vez manifestar-mos o profundo descontentamento e total oposição à decisão tomada.

A nossa posição nada tem a ver com interesses políticos ou de bairrismo, mas sim o interesse das populações, esta posição de desaprovação da decisão tomada tem a ver, nomeadamente, com os seguintes factores:

- a zona geográfica em que está inserido o Agrupamento Horizontal de Escolas do Vale do Odres, abrange uma população com mais de 16.000 pessoas, no presente ano lectivo 2006/2007 no Agrupamento frequentam 290 crianças do pré-escolar e 768 do 1º ciclo do ensino básico, é ainda de salientar que este agrupamento tem 26,8% do total dos alunos do 1º ciclo do concelho de Amarante , colocando-o como o 2º agrupamento com mais alunos ;

- uma situação geográfica pouco favorável, em que os nossos alunos e todo o corpo educativo dependerão de um agrupamento, que nada de identifica com a população que representamos;

- do ponto de vista das tradições locais e do normal fluxo das pessoas, é completamente contraditório à alteração proposta , tudo se move em torno do centro que é Vila Meã;

- devido às más condições económicas, sociais e uma quase ausente rede de transportes públicos torna-se muito difícil a deslocação dos encarregados de educação e outras pessoas interessadas ao futuro agrupamento que ficará a uma distância de 20 Km, em média;

- esta situação levará a uma ausência de continuidade do Projecto Educativo e, a existir, será completamente desfasado da realidade. Para além disso, será completamente impossível continuar a desenvolver trabalho integrado com a área social, porque os protagonistas passam a ser completamente diferentes para os diversos contextos;

Pelo que sabemos esta posição do não encerramento do Agrupamento Horizontal de Escolas do Vale do Odras até é consensual com a posição de outros órgãos como por exemplo o executivo da Câmara Municipal de Amarante (já o demonstrou em reunião camarária em Janeiro do presente ano).

Por isso, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Amarante, solicitamos que com o seu empenho nos ajude a reverter a decisão tomada pela Direcção Regional de Educação Norte. Sabemos que a posição que possa tomar é fundamental para ajudar a um desfecho diferente. Não nos deixe ser penalizados mais uma vez, já o fomos ao longo dos anos pela não criação de uma EB 2,3 nesta zona geográfica.”

DRA. ERCILIA COSTA – PS

A senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Comemorou-se, na última quarta-feira, o 33.º ano da Revolução dos Cravos. As Portas que Abril Abriu! Da opressão passamos à liberdade. “Liberdade ... Eu escrevo o teu nome” escreveu, em 1942, Paul Eluard, poema que viria a ser lançado sob a forma de folhetos pelos aviões da RAF – Força Aérea do Reino Unido – na França ocupada. Liberdade tão proclamada por todos os oprimidos

Desde que as portas se abriram, as mudanças foram ocorrendo e muito se fez nos mais diversos sectores da sociedade: educação, saúde, habitação, ... e, se hoje estamos aqui, neste fórum, a debater ideias, projectos, a trocar ideias e pensamentos a ele o devemos.

No entanto, e decorridos quase 60 anos após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Assembleia-geral das Nações Unidas, que constitui uma promessa dos Governos na luta por um mundo sem crueldade nem injustiça, um mundo sem fome nem ignorância, somos confrontados, diariamente, com atropelos e violações dos mesmos, em todo o mundo, e sob as mais diversas formas.

As profundas mutações na sociedade contemporânea, nos últimos 20 anos, podem ser definidas como realização de um capitalismo tardio na origem da formação da sociedade global, criando-se, assim, a era do globalismo. É reconhecido o carácter desigual do desenvolvimento económico, reflectindo-se, essencialmente, nos países semiperiféricos e periféricos. Por sua vez, os países mais ricos, marcados pelo progresso científico, pela inovação tecnológica e pela informação, cresceram a um ritmo vertiginoso. É certo que durante muito tempo existiu o mito de que

à ideia de crescimento macroeconómico – pelas maiores oportunidades de emprego, consumo e riqueza criados – estava associada a melhoria das condições de vida das populações, diminuindo as situações de pobreza e de exclusão social. Sabemos que este mito não encontra hoje fundamento válido, constatando-se que, nos países desenvolvidos, as situações de pobreza e de exclusão social se têm mesmo agravado, verificando-se situações sociais muito idênticas às dos países pobres com menor desenvolvimento. Em contrapartida, nos países mais pobres persistem, quando não se agravaram, a miséria e a exclusão social, sendo que muitos sobrevivem abaixo do limiar da pobreza. A par das situações de pobreza e exclusão social, são também gritantes as situações de discriminação. Às velhas desigualdades, baseadas nas diferenças de classe e de estatuto social em termos de rendimento, capital educacional e outros, juntaram-se novas desigualdades baseadas em factores de distinção como o sexo, a religião, a etnia ou os modos de vida.

A União Europeia elegeu o ano de 2007 o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Pretende-se sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade justa e coesa. O nosso desejo é que esta sensibilização conduza a uma efectiva preocupação e intervenção de todos, órgãos de poder, sociedade civil, cidadãos, adoptando uma postura proactiva e contrariando a postura reactiva de muitos de nós. Todos nós temos responsabilidade na vida em sociedade, uma sociedade de todos e para todos, uma sociedade onde todos tenham uma igualdade de oportunidades. Em suma, e utilizando o velho slogan, “Todos Diferentes e Todos Iguais”, porque a diversidade e a diferença enriquecem as pessoas pela partilha de culturas, de crenças e de vivências. “Todos Diferentes e Todos Iguais” porque Todos, independentemente da origem racial ou étnica, sexo, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, pertencemos ao “aqui”, ao “ali”, a uma sociedade local, nacional e global. Uma sociedade onde nos sintamos como o Fernão Capelo Gaivota e onde «... tu tens a liberdade de ser tu próprio, o teu verdadeiro eu, Aqui e Agora; nada se pode interpor no teu caminho» (Richard Bach)”.

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

1. Continua a verificar-se diariamente descargas de material poluente, particularmente de gasóleo no Rio Tâmega. Será que este assunto só despertou interesse à C.M. e nomeadamente ao seu presidente durante a campanha eleitoral? De que está à espera a C.M. e os outros organismos incluindo o grupo de ambiente da GNR para actuar em conformidade e aplicar as medidas sancionatórias que se impõem?

2. Em resultado de vários alertas que deixamos nesta assembleia, aplaudimos a colocação de barreiras impeditivas do estacionamento automóvel na Av. Alexandre Herculano.

No entanto, esta obra ficará incompleta se ao mesmo tempo não se prolongarem os devidos passeios que proporcionem conforto e segurança às largas dezenas de peões que diariamente utilizam esta via. E aqui juntamos as nossas preocupações às do Sr. Presidente da junta da Madalena que pugna por um passeio digno.

3. Protocolo Ministério da Saúde / Presidente da Câmara para a área da saúde:

Era nossa intenção não abordar novamente o assunto relativo aos serviços de saúde no nosso concelho, já que por diversas vezes o fizéramos, tanto em comunicados, como nesta assembleia, deixando bem clara a nossa frontal e aberta oposição quanto às intenções da tutela relativamente á extinção de serviços das unidades de saúde de Amarante e concentração dos mesmos no Centro Hospitalar Vale do Sousa.

Não fora a recente e apressada assinatura do protocolo entre o senhor Presidente da Câmara (que não consultou sequer os restantes membros do executivo) e o Ministro da Saúde, este assunto não mereceria hoje a nossa redobrada atenção e análise critica que se encontra transcrita no comunicado publicado na imprensa.

Disse também que:

Como se previa a C. Municipal de Amarante acabou de assinar com o Ministério da Saúde um protocolo que define nas suas linhas mestras o futuro dos serviços de saúde nesta região.

A sua leitura mais atenta merece-nos alguns comentários:

1. O Serviço de Urgência do H. de S. Gonçalo passa a ser um Serviço de Urgência Básico com "apoio cirúrgico" das 8 horas às 22 horas.

Perde assim, este serviço todas as especialidades que actualmente detém, isto é, Medicina Interna, Pediatria, Ortopedia, e Ginecologia.

Por outro lado, no que respeita ao apoio médico, este será assegurado por 2 médicos cuja qualificação não está definida, isto é, serão profissionais muito provavelmente contratados, sem especialização em clínica geral.

Correremos assim o risco de, pela sua não qualificação e sem apoio de especialidades, virem a ser meros "sinaleiros" enviando para o H. vale do Sousa situações clínicas que actualmente seriam aqui resolvidas, com os inconvenientes, que daí resultarão.

Ainda no que se refere ao "apoio cirúrgico", não se clarifica se este apoio é em permanência, com o cirurgião integrado na equipa, ou qualquer outro que se desconhece.

2. Diz-se neste documento que o Hospital de Amarante terá uma ambulância SIV (suporte imediato de vida), cuja tripulação será constituída por um técnico de ambulância e um enfermeiro.

Como é possível trocar-se serviços de urgência por ambulâncias que ainda por cima não dispõem de assistência médica?

3. Prometem-se Unidades de saúde Familiar como panaceia que resolverá todos os males de que padece a saúde neste país ao nível dos cuidados primários.

No entanto, neste momento a sua existência no país é quase insignificante e não se descortina o seu alargamento nos tempos próximos pela dificuldade e complexidade na sua constituição (em Amarante não há nenhuma unidade de saúde familiar em formação).

Prevê-se ainda no protocolo que esta situação, no que respeita ao serviço de urgência, será reapreciada no contexto do futuro Centro Hospitalar que será criado entre o H. de Amarante e o H. Vale do Sousa.

Vemos assim que a desqualificação do S. de Urgência poderá ainda ser agravada, tendo em conta a relação de forças que naturalmente se estabelecerá aquando da fusão das duas unidades de saúde, ficando em causa os compromissos que o Sr. Presidente da C. Municipal de Amarante estabeleceu com a população.

Mesmo que se considere necessária a reestruturação da rede de serviços de urgência, em nosso entender está-se a "construir a casa pelo telhado". Não há ainda uma boa cobertura de cuidados primários estendida a toda a população, assim como uma boa rede de assistência pré- hospitalar, e sem estes pressupostos, não estarão criadas as alternativas necessárias. Neste protocolo é por demais evidente a submissão aos números (eficiência) que tem ditado as alterações tomadas em grande parte com a anuência dos autarcas.

Não admira pois, que o país esteja a estreitar-se, empurrado para uma estreita faixa litoral onde por força da "ditadura da eficiência" que este governo perfilha, se concentram os serviços essenciais que fixam as populações.

E no que respeita a Amarante este acordo é um mau negócio, ficando para já a perder.

Perde assistência ao parto, desqualificação do serviço de urgência, que se repercutirá em outras especialidades e serviços e ainda em futuro próximo coloca o hospital de Amarante na dependência do H. Vale do Sousa, retirando-lhe capacidade de gestão e importância estratégica na definição dos cuidados de saúde na sub- região do baixo Tâmega.

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra começou por dar uma palavra à imprensa dizendo-lhes que deviam ser isentos e imparciais. Da sua parte julga que em cumprido com honra e lealdade as funções que lhe foram confiadas . Tem sabido ser membro da assembleia Municipal e opositor quando tem necessidade disso. Disse também que queria deixar um pré-aviso/conselho relativamente à assembleia municipal e ao seu funcionamento. Há necessidade de fazer cumprir e de cumprir o Regimento. Pouca gente interpreta o Regimento e a lei 169/99 de 18 de

Setembro. Atropelam-se propostas sobres propostas, com alibis quem em nada abonam as boas relações que deviam existir entre a Assembleia e comunidade. As actas não reproduzem a mensagem do emissor. Isto é passível de queixa perante órgãos superior.

Quanto ao executivo, disse também que tem coisas boas, más e muito más. O rol de queixas deve ser dirigido ao Presidente da Câmara, embora ele não seja o principal culpado. Aconselhou o senhor Presidente da Câmara a ter muito cuidado, porque as intervenções anteriores alertam para actos que tem muito de grave. A mesa tem o direito de saneamento. Referiu-se também às comemorações da elevação de Amarante a cidade. Cerimónia que até hoje não teve ainda uma festa condigna daquilo que assinala. Terminou dizendo que não se pode confundir política com solidariedade.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que a nova aparelhagem sonora será certamente uma mais valia para que os registos da assembleia sejam mais fidedignos. Referiu-se também a um voto de louvor aos Bombeiros locais, que foi em devida altura aprovado em Assembleia Municipal, mas que nunca chegou às corporações.

Referiu-se de seguida à poluição no Rio Tâmega. Continuam a ver-se descargas. As descargas de gasóleo continuam também a verificar-se. A Associação dos Amigos do Rio Ovelha, denunciou recentemente mais uma descarga de matéria poluente para o rio, proveniente de uma industria agro-pecuária. Porque é que a Câmara não actua com todos os meios que tem ao dispor? A Câmara deve manifestar a sua autoridade.

Referiu-se também à Moção que em devido tempo foi apresentada, relativa ao encerramento da Maternidade onde era pedido ao senhor Presidente da Câmara que alertasse o senhor Ministro da Saúde para a importância da maternidade para Amarante. Seremos nesta altura capazes de admitir que o mandato que foi dado ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Assembleia, foi inconsequente, infrutífero improdutivo, que de alguma maneira lesa o interesse público? Desde já e da sua parte considera que o interesse público foi lesado.

Na altura o senhor Presidente da Câmara disse que defendia como princípio a salvaguarda da saúde das mães e dos filhos e só de pois de ouvir toda a gente é que tomaria uma posição sobre a manutenção ou o encerramento de todos os serviços. E disse mais o senhor Presidente: É assim que devemos estar na política. Também acha que é assim que devemos estar na política

Entretanto, em Mondim de Basto, a 4 de Abril, o senhor Presidente da Câmara numa reunião da ComUrb, assinou o documento que hoje conhecemos. Afinal, dois discursos para o mesmo problema. Um discurso para fora, outro para dentro. Foi também dito nessa assembleia pelo senhor Presidente da Câmara, que não devemos antecipar os problemas. Neste caso devia ter havido uma visão para o futuro e essa era uma obrigação de um Presidente de Câmara

Continuou a sua intervenção, perguntando se vamos ter uma hospital com mais valias? Estamos seguros disso? Os governos que virão,

vão gastar 37 milhões de contos no novo hospital? As pessoas podem neste momento acreditar em tudo isto?

Soube pela imprensa que foi assinado um protocolo. Será que esse protocolo foi assinado para o interesse de Amarante? Parece-lhe que os interesses ali mencionados são lesivos para Amarante. Terminou a sua intervenção dizendo que não lhe parece uma ideia muito feliz ter encerrados os serviços de urgência no passado dia 25 de Abril.

PROF. JORGE PINTO – PS

No uso da palavra começou por dizer que o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Assembleia foram em tempos mandatados por toda a Assembleia para que, junto do Ministério do Ministério da Saúde tratassem do assunto. Entretanto o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez chegar a todos os deputados a novidade da construção de um novo hospital para Amarante, construção essa pronta até 2010. Muitos não acreditaram, mas hoje todos sabemos que isso vai ser uma realidade. Através dos jornais de dimensão nacional soube-se que foi lançado o concurso internacional para a sua construção. Devíamos ficar todos satisfeitos com isso. O senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Assembleia estão de parabéns e afinal o senhor Ministro da Saúde também cumpriu.

Não havendo nesta altura mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi então dada ao senhor Presidente da Câmara, para que este respondesse às questões que anteriormente lhe foram colocadas.

DR. ARMINDO ABREU - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por referir-se às palavras do orador anterior dizendo que já na última assembleia municipal se tinha chegado as conclusões que são hoje realidades. Fechou a sala de partos e a urgência irá funcionar até às 22 horas. É isto e só isto que o protocolo diz. Disse também que não esta Câmara a responsável pela construção do Hospital Vale do Sousa. Não se culpe sempre o actual Ministro, porque quem começou com a reorganização da Saúde foi o Dra. Leonor Beleza e o Dr. Paulo Mendo. Desconhecesse-se quais os motivos porque pararam, mas o que o todos sabemos é que não tiveram coragem para a continuar. Mais tarde a Dra. Maria de Belém deu seguimento à política do Dr. Paulo Mendo. Na altura ninguém teve a coragem de ir contra os interesses instalados. Agora gastar 10% do PIB em horas extraordinárias na saúde é um absurdo. É muito difícil vencer estes e outros interesses instalados.

As Ordens que existem na área da saúde deviam fazer cumprir as regras deontológicas dos médicos, mas afinal parece que não se passa bem isso. E hoje o que mais há são ordens que afinal a maioria das vezes não funcionam como deviam.

Quanto ao protocolo, ele espelha aquilo que foi decidido. Na devida altura mostrou-o ao Presidente do Conselho da Administração do

Hospital. Não o fez directamente ao Senhor Director do Centro de Saúde mas enviou-lhe uma cópia. Entretanto ficava bem ao Dr. Simões ter dito que o Centro de saúde está agora aberto aos fins de semana. Isso é um ganho para Amarante. Disse também que a população vai ganhar novos serviços como seja oftalmologia, estomatologia e urologia entre outros.

Também é preciso que se saiba que a urgência do Hospital de S. Gonçalo nunca esteve na rede de referência nacional como urgência médico-cirúrgica.

Continuou a sua intervenção dizendo que o alcance do acordo será notado a médio prazo. Para já foi lançado o concurso para a construção. Parece-lhe que há um erro no programa de concurso, porque são anunciadas 90 camas, quando foram prometidas 60. Se realmente forem as 90 seria óptimo. Esta situação já foi discutida na última assembleia. O novo hospital será uma mais valia para Amarante, mais valia essa sempre criticada pela oposição mesmo sabendo que isso só trará vantagens. Antes de criticarem era melhor esperarem para vermos os resultados. Quando se fala daquela instituição devíamos ter o cuidado de referir o que está bem, mas ter também o cuidado de dizer aquilo que está mal. Isso sim seria sério. Diga-se o que se disser, há hoje duas certezas: o Centro de saúde vai abrir aos fins de semana e o Hospital de S. Gonçalo vai ter novas especialidades.

Respondeu de seguida ao senhor Presidente da Junta de Travanca, a quem disse que dos 22 agrupamentos horizontais existentes na DREN, só se vai manter o da Maia, pelo facto de neste momento ainda estarem a decorrer obras na escola de referência. Passarão a existir só agrupamentos verticais. Fez chegar à DREN eu não era a altura ideal para encerrar os agrupamentos. Não entenderam assim e por essa razão é lógico que sob o ponto de vista político ninguém quer perder serviços. Apesar disso, em Vila Meã a sociedade civil não se mostrou muito interessada, e também todos sabemos que não há em Vila meã lugar para duas escolas de referência.

Dando continuidade à intervenção, o senhor Presidente disse que relativamente às descargas no rio, não pode para já fazer mais do que aquilo que foi feito. As entidades competentes dos serviços centrais recebem as queixas, mas continuam a dizer que não tem conhecimento de nada. Se assim continuar, vai mandar calafetar todas as saídas para ver quem é que afinal polui. Nessa altura o Ministério do Ambiente há-se certamente culpar alguém e está convencido que esse alguém vai ser a Câmara, porque os dejectos vão sair no sistema de drenagem da Câmara. Mas, se assim for todos vamos ficar a saber quem são os verdadeiros poluidores.

Usou de novo a palavra o senhor deputado **DR. PEDRO CUNHA, do PSD**, que começou por dizer que chamaria à sua intervenção o silêncio dos inocentes. Perguntou se por acaso algum senhor deputado conhecia o protocolo assinado pelo senhor Presidente da Câmara? Conhece-o ele e talvez o Dr. Simões e mais ninguém. Estamos pois a falar no escuro. O protocolo que o senhor Presidente assinou não foi propriamente aquele que foi aprovado em reunião da Assembleia. Em primeiro lugar funda-se numa enorme mentira; a mentira dos recursos

humanos. É dito que em termos de recursos humanos trabalhavam 7 cirurgiões dos quais 4 não tem idade para fazerem serviço nocturno. Isto é mentira. A lei não diz isso. A lei diz que a partir dos 50 anos pode deixar de fazer serviço nocturno se assim o requerer. Se não requerem podem fazer serviço até à idade da reforma.

O protocolo é contraditório relativamente àquilo que o senhor Ministro da Saúde prometeu. Na altura foi prometida uma urgência médico-cirúrgica até às 22 horas. Aquilo que o senhor Presidente assinou é uma urgência com serviço básico, com apoio cirúrgico das 8 às 20 horas. As coisas valem o que valem e estão escritas como estão, e o gravoso desta situação é que este protocolo será reapreciado no contexto do centro hospitalar a ser criado entre centro Hospitalar de S. Gonçalo e o Hospital do vale do Sousa, mais conhecido por Hospital Douro Verde. Isto não é rigorosamente verdade em relação àquilo que o senhor ministro da saúde veio prometer. Além disso, diz o capítulo 7º "o município de Amarante colaborará com a ARS Norte na boa execução do presente protocolo designadamente através da prestação da informação aos munícipes". Os munícipes não sabem de nada. Onde está a informação do senhor Presidente da Câmara?

Continuou a sua intervenção referindo-se ainda às palavras do senhor Presidente da Câmara, dizendo-lhe que efectivamente há serviços bons e serviços maus. Agora, o senhor Presidente deve por os nomes nas coisas. Diga quem é que é bom e quem é que é mau. Enquanto director de serviço responderá pela sua área. É preciso que se saiba quem é que teve prenda e quem é que foi penalizado.

Disse também que quando Leonor Beleza foi Ministra da Saúde, o hospital tinha 6 médicos. Quando ela deixou de o ser tinha 50. Soube da boca do Dr. Albano Tamegão, que este era o protocolo político. De qualquer forma o protocolo não chegou ao hospital pela via oficial. A única informação oficial que há no hospital saiu no dia 24 de Abril assinada pelo Dr. Acácio Magalhães, que mais não é que 3 versões da mesma norma. Este protocolo não serve Amarante. E tanto não serve Amarante que a ARS veio dar ordens que a medicina interna não saísse da urgência e fizesse 24 horas de serviço, porque não seria possível ter ali 20 ambulâncias à espera de 20 doentes que estivesse em observações, e a caminho do vale do Sousa. A ARS ordenou também á pediatria que fique de noite a tomar conta dos doentes em observações. Foi também pedido que o serviço que hoje dirige ficasse responsável pelo serviço de ortopedia. É evidente que não aceitará por não entende nada de ortopedia. Há uma série de procedimentos que não se compadecem com as novas regras.

Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor Presidente da Câmara que ele pode ficar na história de Amarante, pelo hospital novo. Disse que gostaria de vir a trabalhar no hospital novo. Mas afinal quem é que não gostaria? Este protocolo via esvaziar este hospital do que de melhor existe. Quando quiser por o hospital novo de pé, vai lá ter as paredes e meia dúzia de "gatos pingados", pelas simples razão que já começou o êxodo. Ainda na passada segunda feira deu-se a saída do Dr. José Manuel Pereira, ortopedista, para o hospital da Póvoa, para onde foi transferido. Muitos outros estão também a arranjar buraco para se

meterem, porque obviamente vão-se embora. O senhor Presidente vais ser o responsável por esta situação, porque este protocolo não é aceitável para ninguém.

DR. NORTE SIMÕES - BE

No uso da palavra, disse que efectivamente a abertura do Centro de Saúde ao fim de semana é um ganho para Amarante. Agora, no geral Amarante fica a perder. Um hospital é muito mais que paredes ao alto. Há toda uma série de recursos, incluindo os humanos que é preciso defender.

SR. FERNANDO CUNHA – PRESIDENTE DA JUNTA DE TRAVANCA

Usou de novo a palavra para dizer ao senhor Presidente que anteriormente quando usou da palavra, fê-lo no sentido de defender as seis freguesias envolvidas e não só a sua. Na sua óptica entende que é necessário continuara a defender o agrupamento constituído pelas freguesias do Vale do Odres.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por dizer que na intervenção que fez relativamente aos agrupamentos escolares, não quis de maneira nenhuma ofender Travanca. Agora todos sabemos que do ponto de vista político o senhor Presidente da Junta defende a continuidade do agrupamento tal e qual está. Agora a nova política do Ministério de Educação é a extinção desta forma de gestão. Por exemplo dois agrupamentos existentes em Famalicão foram recentemente extintos. O único que se mantém para já é do Águas Santas do concelho da Maia.

Disse também ao Dr. Norte Simões que afinal Amarante já está a ganhar, uma vez que o número de urgências até aumentou. A maior parte das urgências não o eram. Para pior o sistema não vai. Temos pelo menos a esperança que tudo venha a melhorar. Relativamente às mudanças no Hospital S. Gonçalo, disse que há neste momento muitos médicos à procura de uma lura e toda a gente sabe porquê. Depois de uma reforma haverá sempre coisas que correrão mal, mas certamente haverá muitas que terão muito sucesso.

Usou de novo a palavra o senhor deputado **DR. PEDRO CUNHA**, que começou por dizer que não tem nenhuma lura nem precisa. Não admite ser ofendido enquanto médico. As pessoas que trabalham no hospital estão a ser enganadas e definhadas nas suas competências. Enquanto médico trabalhará em qualquer parte do mundo. Tem é de ser respeitado. Continuou a sua intervenção dizendo que até hoje nenhum director de serviço foi chamado a colaborar na melhoria de condições. No serviço que dirige não há listas de espera. O Nordeste Transmontano tem 3 hospitais. Tem 9 médicos e 5 anestesistas para 500 mil habitantes. O

Vale do Sousa vai ter 3 para o mesmo número de habitantes. Sendo assim não se pode falar em melhorias.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

Usou de novo a palavra para dizer que quem usou a expressão buraco foi o Dr. Pedro. Não quis de maneira nenhuma melindrá-lo. Sabe que efectivamente no serviço por ele dirigido não há listas de espera. Mas há, dentro do hospital outros serviços onde se passam coisas vergonhosas. Soube-o pelo senhor Ministro da Saúde. Toda a gente sabe que há médicos que 2 ou 3 horas antes de saírem de serviço já lá não estão. Enquanto Presidente da Câmara não lhe compete resolver os problemas do hospital.

Por sua vez o senhor deputado **DR. PEDRO CUNHA**, disse-lhe que a responsabilidade é de quem não cumpre e de quem não faz cumprir horários, ao que o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que a responsabilidade é em primeiro lugar de quem não cumpre e depois é da Administração que não demite quem não cumpre.

O senhor deputado **DR. MACEDO TEIXEIRA**, pediu a palavra para dizer que a Assembleia não pode ser um Tribunal para julgar as pessoas. É preciso ter cuidado com as palavras.

Terminado o Período de Antes da Ordem do dia, foi dada a palavra ao **público** presente que previamente se inscreveu para usar da palavra. Usou da palavra o **senhor Engenheiro Henrique Batista**, que perguntou ao senhor Presidente da Câmara, em ponto está o processo que tem a ver com o desfalque que aconteceu na tesouraria da Câmara Municipal de Amarante. Ao longo de todo este tempo tem sido sempre aprovadas as contas de gerência. Mas afinal onde e como é que contabilizada essa falta de dinheiro?

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu-lhe que o processo não está ainda totalmente esclarecido. Há efectivamente um débito e uma verba que o tribunal irá um dia apurar. A Câmara chegou através de uma investigação interna a valores. Outras instituições estão a tentar chegar a valores. Disse -lhe também que é inadmissível que os tribunais demorem tanto tempo a decidir qual o valor bem como a iniciar o julgamento. Não lhe pode dizer muito mais, porque também não sabe mais nada.

No seguimento deste esclarecimento, o senhor deputado **DR. PEDRO**, pôs um ponto de ordem á mesa da Assembleia, questionando o senhor Presidente da Assembleia acerca da legalidade da intervenção do orador anterior. Leu o artigo 19º do Regimento e perguntou-lhe se tinha sido cumprido, uma vez que o dito senhor devia ter dirigido as questões ao senhor Presidente da Assembleia e não ao senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente respondeu-lhe então que tinha sido cumprido o que está estipulado e que também não podemos entrar nesses preciosismos. A mesa deve dirigir os trabalhos com inteligência e

permitir sempre que os trabalhos decorram dentro da normalidade a que estamos habituados.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – ACTA DA SESSÃO DE 24 DE FEVEREIRO DE 2007

Usaram da palavra os senhores:

DR. PEDRO CUNHA – PSD

Relativamente à acta, o senhor deputado disse que na última assembleia foi cometida uma ilegalidade e como tal votará contra esta acta. Por essa razão apresentou uma proposta que a seguir se transcreve:

1 – “ Na sessão de 24/02/07, foi proposta pela Exma Câmara Municipal de Amarante, a análise, discussão e votação da proposta da aquisição de prédios rústicos à Somarão e à Pinto Moreira com vista a execução de obras de remodelação do sistema viário do Salto/Nó dos Bombeiros.

2 – A Câmara deliberou no dia 11/12/2006, com 5 votos a favor dos membros do PS e do movimento Amaramarante adquirir para o município livres de ónus e encargos os terrenos que as identificadas sociedades se proporem vender de acordo com a proposta do senhor Presidente da Câmara.

3 – Esta deliberação foi presente para rectificação pela Assembleia Municipal, no dia 24/02/07, no âmbito do nº 2 do artigo 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro que estabelece que é competência da assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar nomeadamente, a via da hasta pública, bem como os bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no nº 9 do artigo 64º.

4 – Na discussão deste ponto foi apresentada uma proposta de alteração à resolução da Câmara pela bancada do Partido Socialista através do Exmo Senhor Dr. Abel Coelho que propunha: a) Adquirir, por negociação ou expropriação a penas o prédio rústico onde se inclui a área necessária à execução das obras de remodelação do sistema viário do salto/Nó dos Bombeiros; b) Que se aceite o preço de 37,50€/m2 em processo de negociação.

5 – Face ao exposto pelo Partido Socialista o signatário apresentou uma proposta à Assembleia Municipal a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos proporcionando à Câmara Municipal a hipótese de renegociar se assim o entendesse a aquisição dos ditos terrenos.

6 – Esta proposta foi votada e derrotada por 39 votos contra, 2 abstenções e 35 voto a favor.

7 – A proposta apresentada pelo Partido Socialista foi aprovada 39 votos a favor, 22 abstenções e 12 votos contra.

8 – A proposta da Câmara não chegou a ser votada, entendendo o signatário que a mesa da Assembleia municipal aceitou como válida a alteração então introduzida pela proposta do Partido Socialista.

9 – Ora atendendo a que aquisição proposta pela Câmara Municipal ultrapassava as 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública que sendo de 362,75 € enquanto o valor da compra proposto pela Câmara Municipal era de 750,000€.

10 – Atendendo ainda ao nº 6 do artigo 53º da lei 169/99 de 18 de Setembro, diz que as propostas apresentadas pela Câmara referentes às alíneas b), c), i) e n) do nº 2 do referido artigo não podem ser alteradas pela Assembleia Municipal e crescem da devida fundamentação quando rejeitadas, mas a Câmara deve acolher sugestões feitas pela Assembleia quando devidamente fundamentadas, salvo se aqueles enfermarem de previsões de facto que provam ser consideradas ilegais.

11 – Que a proposta da Câmara se enquadrava na alínea i) do referido nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro.

12 – Que a dita proposta deveria ter sido votada em conformidade com lei podendo desse modo ser aprovada ou rejeitada fundamentadamente o que não se verificou.

13 – Que a proposta da Câmara Municipal foi alterada pela apresentada e votada favoravelmente pelo Partido Socialista de forma ilegal, já que a Assembleia Municipal não tem poder legislativo nesta matéria por força da lei.

14 – Assim sendo venho por este meio e em função dos factos apresentados exigir ao Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que declare, ou proponha à Assembleia Municipal que se pronuncie pela nulidade da decisão tomada por este órgão no que concerne ao nº 3 da Ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de 24/02/07.”

Perante esta intervenção, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse-lhe que o que está em discussão é a aprovação da Acta e não um outro documento qualquer. A acta retrata o que se passou na última sessão. Se o Dr. Pedro Cunha quer votar contra essa aprovação está no direito de o fazer. Quanto à questão que coloca, que tem a ver a nulidade da deliberação então tomada, entende a mesa que essa deliberação terá de ser objecto de um recurso. Se tal não acontecer a Mesa não terá então competência para a tornar a decisão nula. É esta neste momento a opinião da mesa.

Perante este esclarecimento, o senhor deputado Dr. Pedro Cunha, perguntou-lhe como e para onde deverá ser interposto o recurso, ao que o senhor Dr. Celso lhe respondeu que será a ter de encontrar a solução, porque neste momento e enquanto Presidente da Assembleia Municipal será um mau conselheiro.

DR. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra começou por dizer que aquilo que está efectivamente em discussão é a acta. Ler as actas é uma exercício penoso. O documento é mal elaborado. Passa-se do discurso directo para

o indirecto constantemente. As pessoas que elaboram as actas tem de tomar consciência que elabora um documento destes, desta forma envergonha que o elabora e quem usa a palavra.

Nada tem melhorado. Há uma frustração porque continua tudo na mesma. Todos sabemos que elaborar um documento destes implica alguns conhecimentos. Deve ser-se sucinto e captar as principais ideias.

Há concerteza membros da Assembleia que certamente podiam colaborar. Grave também é colocá-lo assim na Internet. Há intervenções que não se entende. Se lermos por exemplo a intervenção do senhor Presidente da Câmara na página 31, tal e qual ela está, fica-se com a ideia que o senhor Presidente é um idiota. Sendo assim, vamos todos contribuir para que isto não volte a acontecer.

Terminou a sua intervenção dizendo que recentemente foi lançado um blogue do Movimento AFT, denominado "Plena Cidadania", que pretende ser um elo de ligação entre as pessoas, por forma a melhorar esta e muitas outras questões. Pediu que todos colaborassem.

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, disse que as actas tem evoluído favoravelmente. Contudo, há pequenos pormenores que tem de ser ainda corrigidos. Na sua intervenção há um pequeno parágrafo no fim do texto que não faz sentido. Pede que seja retirado.

Não consta o nome do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalho de Rei na lista de presenças, embora tenha estado na reunião.

Como mais nenhum senhor deputado usou da palavra, foi a acta posta à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 19

ABSTENÇÕES – 8

VOTOS A FAVOR – 30

A acta foi aprovada em minuta por UNANIMIDADE.

Fizeram declaração de votos os senhores deputados:

DR. EMANUEL QUEIRÓS, que disse que se absteve porque não esteve presente na última sessão. Disse também que a acta não deve ser facciosa. Deverá ser um documento isento, um documento para o futuro.

Por sua vez o senhor deputado CARLOS CARVLHO do PSD, disse que se absteve, e que deve ser tido em atenção o facto das pessoas na altura das votações, não deverem estar a entrar e a sair da sala, porque isso altera os resultados.

O senhor deputado ENG. ALBERTO SAMPAIO, disse também que havendo dúvidas relativamente à ultima decisão tomada na Assembleia de 24/02/07, levará a que o PSD vá recorrer. Aliás, é já a segunda vez que isto acontece. Era bom que esta decisão pudesse ser votada em consciência.

Por último, o senhor deputado JOSE SILVA LIMA, disse que se absteve porque não esteve presente na última sessão e como tal não podia votar de outra forma.

PONTO Nº 2 – RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

SR. CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra, começou por dirigir-se á comunicação social, dizendo-lhes que não se deixem intimidar nem pressionar, continuando a fazer um trabalho isento. Referiu-se de seguida ao discurso de 25 de Abril do senhor Presidente da República às referencias por feitas ao inconformismo das pessoas perante tal data. É precisamente tendo como base esse inconformismo que pretende usar da palavra.

Perguntou ao senhor Presidente da Câmara em que ponto está a Casa da Juventude? É um excelente equipamento que afinal nunca mais é rentabilizado. Para quando a sua abertura? Que serviços vai ter? Quem vai usá-la? Porque não consta do relatório de actividades? Para quando a abertura dos Paços do concelho de Vila Meã?

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

O senhor deputado fez, neste período da Assembleia Municipal a intervenção que a seguir se transcreve:

“No último quartel de século XIX, com a diferença de uma década, nasceram em Amarante duas individualidades que, pelo génio criativo e pela grandeza das obras que conceberam, tornaram-se personalidades destacadas e incontornáveis da cultura portuguesa do século XX, e para os séculos que hão-de vir.

Trata-se, evidentemente, de Teixeira de Pascoaes, nascido a 2 de Novembro de 1877, e de Amadeo de Souza Cardoso, nascido a 14 de Novembro de 1877 que nos planos da literatura, poesia filosofia, e do desenho e pintura respectivamente, são vultos de tal dimensão quer referenciam e qualificam Amarante no país e no mundo pelo lado universal das respectivas obras artísticas e pelo condicionalismo muito particular da sua (deles) naturalidade.

O mês de Novembro assinala invariavelmente as datas correspondentes ao nascimento destes dois egrégios amarantinos, com a particularidade de este ano se completarem 130 anos sobre o nascimento de Pascoaes e 120 sobre o de Amadeo.

Não obstante o que tem sido feito no país pela divulgação das obras de Teixeira de Pascoaes(filosófico-literária) e de Amadeo Souza Cardoso (desenho-pintura), em que pontificam a editora Assírio Alvim em colaboração com a família do escritor e poeta, e a Fundação Calouste Gulbenkian, sem esquecer o Museu Municipal e a Câmara Municipal , não custa tomar consciência de que muito ainda pode e deve ser feito com vista a requalificar Amarante no plano cultural, levando ao conhecimento de públicos mais vastos a vida e obra destes dois génios amarantinos.

Por tais factos, e pelo reconhecimento que as datas da natividade de Pascoaes e de Amadeo propiciam neste ano de 2007;

Passando o Município de Amarante a dispor do fundamento, da razão e da oportunidade para, no âmbito das actividades a realizar durante este ano, locupletar a programação cultural;

Tratando-se de assunto de esfera cultural da autarquia, para o qual só a Câmara Municipal dispõe de competências, logística, meios e recursos necessários;

No âmbito das atribuições consagradas no regulamento Municipal;

Recomendamos á Câmara Municipal de Amarante que as duas efemérides sejam celebradas no decurso do presente ano civil, por via da realização de actividades evocativas de Teixeira de Pascoaes e de Amadeo de Souza Cardoso, de cuja memória e obra todos somos credores.”

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra disse que neste relatório não consta nada sobre dividas a fornecedores, bem como nada relacionado com processos judiciais. Relativamente aos relatórios de contas das entidades participadas continua a não aparecer nada. Recebeu realmente um envelope, com documentação relacionada com alguns relatórios , mas não traziam qualquer documento a identificar o que lá vinha dentro.

Sendo assim o relatório de actividades agora enviado, continua a não reproduzir a real situação financeira da Câmara.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse-lhe que os relatórios de contas das sociedades participadas pela Câmara foram enviados aos líderes da Assembleia e devidamente acompanhados de um ofício.

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por dizer que relativamente às actas, e com este novo processo de gravação, vai caminhar-se para que agora as actas se reproduzam com maior fidelidade e se escreve efectivamente aquilo que se passa. Reconhece que é extremamente difícil reproduzir com total rigor tudo o que se passa. Se calhar o ideal seria fazer um resumo de ficar com os CDS de gravação para arquivo.

Disse também que há conjunto de matérias que a Assembleia não pode alterar, incluindo as propostas da Câmara. Contudo, isso não pode levar à nulidade da acta. O que pode tornar-se nula é a decisão então tomada.

Respondeu de seguida Às questões colocadas pelo senhor deputado Carlos Carvalho, dizendo-lhe que dentro de dias ia estar presente na Movijovem em Lisboa, para ultimar o acordo que ambas as partes irão celebrar. É evidente que o edifício não será só usado como pousada. Terá outros serviços. Dentro de 15 dias saberá em concreto quais as condições finais do protocolo. Relativamente aos Paços do Concelho de Vila Meã, está ainda à espera de algum material e também da instalação de um espaço Internet.

Disse também ao Dr. Emanuel Queirós que não é um apaixonado pelas comemorações anuais. De qualquer modo, não sim ano não é feita uma homenagem a um e a outro. Uma das formas de os homenagear é visitar o museu, porque afinal as homenagens podem fazer-se todos os dias. Por sua vez a Câmara tem apoiado as edições de algumas obras de Teixeira de Pascoaes.

Finalmente, respondendo à senhora deputada Dra. Eugénia de Moura, disse-lhe que não pode fazer mais nada do que aquilo que foi feito, que é apresentar os relatórios de contas das empresas onde a Câmara detém participações. Não vê outra forma de dar a conhecer os valores das participações.

O senhor deputado **CARLOS CARVALHO**, pediu de novo a palavra para dizer que não foi ele o responsável da obra. Agora sabe é que a Casa tem de abrir custe o que custar. Ao nome devia acrescentar-se "Pousada da Juventude". Por sua vez o senhor Presidente da Câmara respondeu-lhe que a Câmara entregará a administração da casa da juventude a quem sabe. A Movijovem fará certamente uma melhor rentabilização do espaço, até pela experiência que tem na gestão deste espaços.

Se for a Câmara a fazer a administração directa do imóvel, não terá certamente capacidade de o rentabilizar no inverno.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA PROPOSTA DA APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO DO ANO FINANCEIRO DE 2006

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

DR. NORTE SIMÕES - BE

No uso da palavra, o senhor deputado disse que o plafond de endividamento encontra-se esgotado, apesar de existir uma operação por activar de 1.355.000€ (pag4).

Contrariando o documento (pag 4), não foram rigorosamente cumpridas as directivas da Administração Central no que diz respeito às despesas com pessoal, pois tiveram um significativo aumento, julgando ser necessário uma justificação mais pormenorizada.

As receitas correntes tiveram uma razoável execução, mas as de capital caíram cerca de 5.500€ e por isso carecem duma justificação mais plausível (pag. 10).

As receitas caíram cerca de 1,1%, isto é os contribuintes pagaram menos impostos? Que receita caiu a de IRS ou de IRC? Qual foi a receita fiscal das empresas (IRC) e do trabalho por conta doutrem (IRS)?

Relativamente às despesas pediu para justificar o aumento das despesas com pessoal, pois foi a rubrica de maior crescimento.

Quanto ao investimento directo perguntou quais as obras mais significativas com instalações desportivas, pois foi a rubrica de maior investimento (pagina 20).

Qual o motivo da diminuição de transferências de capital para s Juntas? Houve alguma razão previamente acordada ou outra?

Qual a razão por que os outros acréscimos de proveitos são tão elevados (527,349€)? Da mesma forma, porque é que há outros acréscimos de custos (234,212€).

DR. ANTONIO JORGE RICARDO – PSD

O senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Começo por relembrar o que foi dito na Assembleia de 29 de Abril de 2006 aquando da votação do orçamento para 2006, isto é, a votação do documento que apresentava a previsão anual das receitas, bem como, das despesas que a autarquia previa arrecadar e realizar durante esse mesmo ano.

Como menos positivo foi destacado o facto de:

- O orçamento apresentar valores globais que certamente não seriam atingidos aliás, como sempre tinha acontecido no passado, em que a execução financeira ficou sempre entre os 60 e 75% - **Ora o valor de execução do orçamento em 2006 foi cerca de 66% o que infelizmente está bem dentro do intervalo por nós previsto.**

- O orçamento previa na parte da receita um valor de 8 milhões de euros, valor este resultante da venda de terrenos e imóveis que dificilmente seria arrecadado o

que, inevitavelmente teria consequências na mesma ordem de grandeza na parte dos investimentos previstos, pois bem, conforme tínhamos previsto o resultado não podia ser mais desastroso - **ENORME CORTE NO INVESTIMENTO** - não bastava já o enorme corte verificado a nível governamental nesta grande região - cerca de 35% em relação a 2005, também **tivemos por parte da Câmara uma redução no investimento de 36%. Aliás, bem expressa na baixa taxa alcançada na execução financeira nas Grandes Opções do Plano de apenas de 51,66%.**

Será que a Exma. Câmara já não apresenta vontade, querer, engenho e arte para levar a cabo as transformações necessárias e prementes que se verificam no concelho?

Será que o Sr. Presidente já se esqueceu do compromisso que assumiu em Outubro de 2005? Ou será que também se confirma o que dissemos há um ano, isto é, nas Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2006-2009, que deviam enquadrar os investimentos a realizar pela autarquia nesse período da forma mais rigorosa possível e, o que se verificava era que apenas se encontravam planificados os investimentos a realizar pela autarquia nos anos de 2006 e 2007, já que para os anos de 2008 e 2009 o montante de investimento previsto era incomparavelmente inferior ao dos anos anteriores, o que poderia querer dizer, que a gestão socialista, assumia desde então, que parte dos investimentos previstos para os dois primeiros anos transitariam para os anos seguintes. Será que estamos perante uma gestão meramente eleitoralista?

Relembramos que o PSD atendendo ao princípio da estabilidade e da responsabilidade governativa municipal e, por constar no orçamento alguns dos nossos objectivos, princípios e propostas optamos pela abstenção, analisemos então o que sucedeu (ou melhor o que não sucedeu) com algumas dessas propostas que para nós são essenciais:

- Construção do Parque Empresarial de Vila Meã

Pois bem, o que temos a mais agora do que tínhamos em Abril de 2006?

- Os parques empresariais em Amarante continuam a ser adiados, demonstrando mais uma vez a falta de estratégia do executivo. Relembramos, que os concelhos vizinhos têm feito um esforço enorme nestas unidades para captarem investimentos, proporcionando assim, melhores perspectivas para os seus municípios. Basta olhar para o que se passa nas áreas confinantes com o nosso concelho, em que parques industriais continuam a ser apostas fortes, estando

inclusive, a acolherem empresas que têm a sua sede em Amarante. E nós o que fazemos?

Vejamos outro exemplo:

- Implementação de um Programa de Desenvolvimento Turístico, incluindo as Serras do Marão, da Meia Via e da Aboboreira

Mais um ano passado e mais um ano perdido. Neste novo ciclo político, podemos com toda a certeza dizer, que foi mais um ano desperdiçado no que concerne à implementação de um Programa de Desenvolvimento Turístico para o concelho e, nomeadamente, para as Serras do Marão, da Meia Via e da Aboboreira. Lamentavelmente, continuamos a não aproveitar a grande matéria-prima que temos à nossa disposição.

- Será que não é altura de apostarmos fortemente e rapidamente nas questões de foro económico de forma a potenciar a dinâmica de desenvolvimento do concelho de Amarante;

- Será que não é altura de apostarmos nas questões ambientais assegurando a preservação da natureza enquanto factor determinante da qualidade de vida;

- Será que não é altura de apostarmos no factor social, investindo na formação dos cidadãos.

Há um ano atrás foi feito pelo PSD um apelo à Exma. Câmara Municipal, para que houvesse um empenho real e efectivo na defesa e/ou concretização de vários projectos e, permita-me Sr. Presidente, renovar novamente esse apelo, visto que nenhum está concretizado:

- Instalação do Centro de Formação Profissional da Construção Civil
- Criação de um Centro de Apoio aos Toxicodependentes (CAT)
- Construção do novo Quartel da GNR
- Criação de Unidades Móveis de Saúde

- Reabilitação / reutilização do Convento de Travanca
- Construção do nó da A4 na zona de Vila Caiz

Para terminar Sr. Presidente, desejamos sinceramente que este ano seja bem melhor a bem dos Amarantinos e, tendo em atenção o voto desta bancada aquando da votação do orçamento mantemo-nos coerentes e

abstemo-nos mas sempre atentos e dispostos a zelar pelos interesses de Amarante e dos Amarantinos”.

PROF. EDUARDO JORGE MEDEIROS PINTO - PS

O senhor deputado Jorge Pinto, após referir que não é um especialista na matéria de economia e finanças, salientou que por uma análise atenta ao relatório que acompanha a conta de gerência se pode concluir que:

Em 2005 a capacidade legal de endividamento era nula. Em 2006, o montante da dívida é inferior à capacidade legal de endividamento. Um bom indicador!

O montante das dívidas a curto prazo é muito diminuto. A C.M. tem contratado um empréstimo no valor de 1.355.000€, mas ainda não utilizou qualquer desse montante. Significa, por isso, que estamos a fazer uma gestão rigorosa e que não deixamos para as novas gerações encargos ou dívidas incomportáveis. A C.M. continua a fazer uma gestão equilibrada, rigorosa e racional.

A taxa de execução global (66%) foi ao nível da dos últimos anos e o endividamento líquido foi reduzido. A taxa de execução das despesas correntes foi de 89,7%. A taxa de execução das receitas correntes foi de 92%, portanto superior à das despesas correntes, o que é também um bom indicador.

As receitas de capital representaram 39,6%, enquanto as despesas de capital representaram 50,3%, portanto superior às receitas de capital, o que é um muito bom indicador.

Quanto aos baixos índices percentuais das receitas, todos sabemos que aquando da aprovação do orçamento para 2006 havia uma previsão de receita que estava altamente inflacionada. Na conta de gerência tinha de ser evidenciado esse inflacionamento, repercutindo-se na baixa taxa de execução das receitas de capital. As receitas correntes cresceram, a dívida está a diminuir. As receitas correntes foram superiores às despesas correntes. As despesas de capital foram largamente superiores às receitas de capital. Na conta de gerência há um balanço de grande equilíbrio que deve ser enaltecido, pois apesar de tudo há muita obra feita.

Perguntou: Que mais poderemos pedir ao sermos chamados a aprovar a conta de gerência do nosso Município?

No dia em que a oposição achar que tudo foi bem feito é motivo, Sr. Presidente, para ficarmos preocupados...

Terminou a sua intervenção dizendo: Bem-haja Sr. Presidente pelo bom desempenho da Câmara Municipal. Continue com coragem e determinação.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, começou por referir-se á intervenção do orador anterior a quem disse que afinal ele percebe de contas embora diga o contrário. Contudo, os números valem o que valem. As obras estão

paradas . Como estamos a meio do mandato é preciso arranjar matéria para não enganar as pessoas lá mais para a frente.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra o senhor deputado disse que:

As receitas correntes são superiores às despesas correntes. E se não for por causa das obras que estão por fazer ou paradas, haverá um limitação à execução orçamental. Se assim for, estão criados os pretextos para se poder baixar o IMI.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CAMARA

O senhor Presidente da Câmara. Começou por dizer que não houve aumento das despesas correntes com os salários e não ser aquelas que decorrem da contratação de professores. Esse aumento, como não podia deixar de ser está devidamente contabilizado.

As receitas de capital caíram e não podem ser previstas com exactidão. Essas receitas andam à volta de 1.500.000 contos anuais.

Disse também que folgava em saber que afinal as receitas fiscais caíram. Foi conseguida mais uma vez uma das mais baixas taxas de IMI do país.

Há neste momento diversos equipamentos em construção e outros em fase de conclusão que são grandes investimentos.

Quanto às Juntas de Freguesia, a Câmara não tem nenhuma obrigação legal de lhes transferir receitas de capital. Amarante é das poucos concelhos que faz transferências atempadamente para as freguesias. As transferências normais mantiveram-se. As relacionadas com os protocolos diminuíram cerca de 5.000€. Mesmo assim é um grande esforço que contabiliza 2.000.000€. Perante a lei, as Juntas tem autonomia financeira.

Seguidamente disse ao Dr. António Jorge Ricardo que os centros de Formação Profissional não são uma ideia do PSD. O centro está criado e espera que o Centro de Emprego colabore. Vai ter a parceria do CENFIM.

O CAT, foi também ideia do PS. Foi em tempos aberto concurso para a admissão de pessoal, mas ficou deserto. Daí não se terem aberto as instalações. Neste momento a associação sentido único utiliza as instalações que lhe estavam destinadas.

O Nó da A4 em Vila Caíz há-de ser construído.

Quanto ao posto da GNR disse que este é um compromisso que ultrapassa vários governos. No próximo dia 4 de Maio estará em Amarante um responsável que virá ver se as instalações da Antiga Adega Cooperativa se adapta para um novo quartel.

Quanto aos cuidados móveis de saúde, ideias do PS e do PSD, entende que se os bombeiros tem ambulâncias cedidas pelas autarquias devem pô-las ao serviço das populações. Está à espera de assinar um protocolo com a ARS que dará os consumíveis e o Centro de Saúde fornecerá os recursos humanos.

Disse também que irá ser tentado incluir os Mosteiros e Igrejas de Amarante na rota do Românico. Se assim acontecer, certamente vão

existir programas e verbas para a sua recuperação. Espera nessa altura que os privados façam os investimentos que lhes competem. A Câmara não é a responsável pelo Mosteiro de Travanca.

Continuou a sua intervenção dizendo que a Câmara de Amarante, nunca aceitaria as condições que foram dadas à IKEA pela Câmara de Paços de Ferreira. Nunca lhes daria redução nos impostos municipais nem reduções de taxas. As Câmara não podem substituir os particulares nos seus investimentos.

Usaram ainda da palavra os senhores:

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que em 1994 quando a PSP saiu de Amarante, foi um dos que se insurgiu contra o seu próprio partido. Nessa altura veio a Amarante o senhor secretário de Estado da Administração interna, a quem disse que vinha trazer um chouriço e levar um porco. Substituiu a PSP pela GNR, mantendo esta aquartelada nas instalações da Câmara, sem pagara aquilo que a Câmara tem direito. Nessa altura em reunião de Câmara propôs que se fizesse um acordo com a GNR para se poder construir um quartel de raiz. Afinal, passaram 13 anos e continuamos na mesma. Fica contente por saber que passado todo este tempo o senhor Presidente da Câmara anda preocupado com o problema. As instalações são precisas e pelos vistos continuam a ser utilizadas sem qualquer contrapartida. O que está a acontecer com a GNR, só prova má gestão camarária, porque o espaço por eles ocupado é pelo vistos preciso para o município. O edifício está entregue de mão beijada a uma entidade pública que não tem feito outra coisa que não seja usá-lo sem se preocupar com qualquer contrapartida.

O Presidente da Câmara tem também a obrigação de arranjar maneira de chamar para Amarante os empresários, criando-lhes atractivos de modo que eles se fixem por cá. Tem o compromisso com as pessoas para lhe dar qualidade de vida. Quando em determinada altura disse que a saúde não era com ele, não o devia ter dito, porque como Presidente da Câmara tem esta e muitas outras obrigações para com a população. Não se pode esquecer disso.

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, disse que a Câmara faz coisas bem feitas, outras mal e outras que devia ter feito e não fez. Na óptica do professor Jorge Pinto e da bancada do PS está tudo bem. De facto coisas substanciais que a bancada do PS tenha contrariado ainda não viu. Está há espera que digam o que está mal. Relativamente às receitas fiscais e ao IMT, ficou bem ao senhor Presidente da Câmara dizer a falta dos valores desse imposto que veio baixar as receitas.

DR. ANTÓNIO JORGE RICARDO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que sabe distinguir o que é investimento e o que é despesa. O investimento que os preocupa, e para os quais o senhor Presidente não deu uma palavra tem a ver com os

parques empresariais e o projecto turístico para Amarante. Estes sim, são os investimentos que fazem falta a Amarante.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CAMARA

No uso da palavra começou por dizer que estava em desacordo com o senhor Professor Jorge Pinto. O professor Jorge Pinto é bom em contas e de boas contas. Pode é não ser bom na análise de contas.

Relativamente às palavras do Dr. Jorge Ricardo e do Dr. Pedro Cunha, disse-lhes que já há muito tempo definiu as linhas mestras do PS para Amarante. Não embarca no folclore de dizer que para haver empresários tem de haver um forte investimento público. Continua a distinguir muito bem o que é iniciativa privada e iniciativa pública. Perguntou também ao Dr. Jorge Ricardo se no Parque empresarial de Paços de Ferreira, onde se instalou a IKEA, existiam lotes que previssem a instalação de empresas que ocupem cerca de 10 hectares. Falam agora em Parques empresariais porque hoje o tempo dos loteamentos industriais já passou.

Quanto ao Turismo disse-lhe que estão a trabalhar nisso e estão algumas coisas concretizadas. A Aboboreira tem de ser um projecto regional e não está disposto a um arremedo do que quer que seja, para depois perderem mais do que aquilo que já perderam. É sua intenção, e nomeadamente do Baixo Tâmega tornar a Serra da Aboboreira mais emblemática no âmbito do novo quadro comunitário. Tem de haver um forte investimento, porque não se pode andar ali a brincar conforme tem sido feito até agora. O que lá tem sido feito está a dar cabo do património ali existente.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA: 1

ABSTENÇÕES – 26

VOTOS A FAVOR – 37

Este documento foi aprovado também em minuta por UNANIMIDADE.

Fizeram declaração de voto os senhores:

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

Na sua declaração de voto disse que votou contra por razões ponderadas e ponderosas. É verdade que se diminuíram as despesas correntes. Esqueceram-se de algumas estradas fundamentais como por exemplo a de Travanca que é preciso fazer. Outra é a de Lufrei e a ligação das 2 estradas que fazem a ligação em Bustelo. Quanto à autonomia da Câmara, tem a obrigação de fazer transferências para o funcionamento dos órgãos administrativos das juntas de freguesia. É correcto aquilo que o senhor Presidente da Câmara diz. Hoje esteve de armas apontadas, mas deu muitos tiros nos pés. Foi um autentico Kadaffi de si próprio. Como Presidente tem de ter cuidado. Não foram

contabilizados os cubos que saem das estradas para darem lugar a betuminoso. Bem ou mal vão para outras freguesias. Votou contra depois de tudo o que disse mas também porque não está reflectida a realidade contabilística da Câmara. Tem dados e provas que comprovam o que diz.

Nesta altura foi proposto um intervalo para almoço, tendo sido proposto o reinício da sessão para as 15 horas.

Quando eram 15 horas, foi feita de novo a chamada para verificar a existência de quorum sendo então dado início aos trabalhos.

PONTO Nº 4 – APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA A REVITALIZAÇÃO DA LINHA DO DOURO RESULTANTE DA REUNIÃO DE 07/03/07, REALIZADA NO MARCO DE CANAVEZES

Usaram da palavra os senhores:

SR. RAIMUNDO MAGALHAES – PS

No uso da palavra começou por dizer que esta revitalização da linha do Douro se insere numa perspectiva de âmbito interregional, internacional e turístico. Está plenamente de acordo com a proposta agora apresentada. Vai então tecer algumas considerações que se apresentam muito relevantes e oportunas para quem também é atravessado pela Linha do Douro, que é Vila Meã. Verifica que na acta da reunião, que foi enviada a todos os deputados, o senhor Presidente da Câmara do Marco considera que a proposta em apreço representa um caminho longo e difícil. Reconhece que é preciso alargara isto a um movimento alargado que envolva autarquias, deputados, empresas universidades etc.

Sabe que o problema é de uma grande complexidade, é muito ambicioso e não será fácil. A intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Paredes, que refere que o problema não será assim tão difícil, porque a "linha está lá". É precisamente a partir desta frase que quer tecer algumas considerações. Vila Meã é atravessada pela Linha do Douro e como tal tem a linha lá. Têm-se limitado nos últimos anos a ver os comboios passar. Os comboios não tem servido Vila Meã. Será importante que a autarquia fosse portadora de uma mensagem no sentido de vermos revitalizada a Linha do Douro naquilo que lá existe. Ao ser revitalizada deverá efectivamente ser posta ao serviço das populações. Neste momento a parte da Linha do Douro que atravessa Amarante não está ao serviço das populações, porque todas as comissões formadas, estão sediadas no marco de Canavezes. O Marco está preocupado essencialmente com as ligações do Marco ao Porto, esquecendo-se que pelo caminho há outras estações que vêm os comboios a passar.

A REFER e a CP ao longo dos últimos anos apresentaram um projecto para reestruturação da Linha do Douro que tem sofrido avanços e recuos. Falou-se na duplicação e electrificação da via até Caíde. Falou-se, numa segunda fase na duplicação até ao Marco. Houve entretanto um recuo nessa proposta, passando-se há hipótese de apenas se electrificar a linha de Caíde ao Marco. Hoje continuamos a assistir a uma indefinição. Retiram-se projectos que estavam para ser apresentados a

concurso porque continuam as indefinições. Continuamos sem saber se a REFER vai ou não electrificar o troço entre Caíde e Marco. Sabe-se também que a ideia da estruturação dos serviços por parte da REFER consistia na divisão da Linha entre o Porto e o Marco em 3 tranches: a regional, a subregional e a interregional, o que faria com que houvesse o troço do trajecto que fosse uma perspectiva directa entre Penafiel e Porto; outro troço da Caíde e outro de Marco de Canavezes directo ao Porto. Essa seria a fase subregional que é aquela que interessa a Vila Meã. Interessa sobretudo aos Vilameanenses não ver o comboio passar por cima. Interessa revitalizar a linha até à fronteira, mas para já não devemos ser tão ambiciosos. Não tem uma visão queniana de dizer que vão ser criadas condições para que todos os turistas os visitem. Querem neste momento que os comboios parem em Vila Meã. É imperioso que haja pressão por parte da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal para que a REFER definitivamente defina aquilo que quer e o que vai concretizar em termos de horários.

Verificou há 8 dias que as 18 composições que existem a servir o trajecto entre Marco e Caíde, foram reduzidas para 10, das quais só 3 param em Vila Meã. Nos pontos críticos do dia há apenas uma composição em Vila Meã.

Resumindo: Amarante/Vila Meã é atravessado pela Linha do Douro, mas como dizia o slogan publicitário, Amarante/Vila Meã está ali para os ver passar. Interessa que haja uma pressão, porque há uma população de 15000 habitantes que podem usar a Linha do Douro sem terem de ir até Caíde de carro e só depois apanharem o comboio para o Porto. Isto não se compreende quando a distância que separa os locais é de apenas 6 Kms. Neste momento interessa que os comboios parem nas estações que servem a linha em toda a sua extensão. É preciso que a REFER diga se vai ou não electrificar e se vai pôr os comboios subregionais a parar em Vila Meã. O Marco, Paredes e Penafiel tem nas sedes dos municípios as suas estações de caminho de ferro e como tal esquecem-se daquelas que não a tem. Amarante, sendo assim não deve esquecer que tem na sua área uma linha a passar no concelho e uma estação em Vila Meã, onde devem parar os comboios que sirvam as populações, no espírito e no âmbito do subregional.

DR. NORTE SIMÕES – BE

No uso da palavra, disse estar de acordo com a proposta e também com aquilo que os senhor deputado Raimundo Magalhães anteriormente disse. Solicitou também que no seguimento desta proposta se faça força para efectuar obras entre Amarante e a Livração. O comboio deve ser cada vez mais uma alternativa. A melhoria da linha em toda a sua extensão deve ser uma prioridade.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“ Reflectidos os impactos que a ferrovia trouxe ao interior norte do país, e em particular á nossa região, a Assembleia Municipal do marco de Canavezes, usando das prerrogativas que alei confere, recentemente tomou em mãos o dossiê da “revitalização da linha do Douro”.

A partir daquela instância Municipal, foi constituída a “Comissão Pró-linha do Douro”, que presentemente preconiza a requalificação daquele eixo ferroviário, em toda a extensão do seu percurso, com a reabertura da Linha entre o Pocinho e barca de Alva, e daí até à fronteira, restabelecendo a ligação a Espanha.

A iniciativa empreendida pelos autarcas do marco de Canavezes é legitima e merecedora do apoio dos membros da Assembleia Municipal de Amarante, tanto mais que, quanto se sabe, na Europa e em todo mundo civilizado, o transporte ferroviário é um meio de circulação e transporte de pessoas e mercadorias seguro e limpo, cada vez mais utilizado. Só na nossa região assim não acontece. Por um lado, devido ao desinvestimento continuado da CP e da REFER neste eixo e no material circulante para além de Caíde de Rei (Lousada), facto que há quase duas décadas se tornou perceptível na subsidiária linha do Tâmega, com a supressão de horários, o encerramento do troço Amarante ao Arco de Baúlhe, o fecho e abandono das estações. Por outro, pelo alheamento político da problemática da ferrovia do Vale do Tâmega pela parte das autarquias como a Câmara Municipal de Amarante, que preferiu associar-se à estratégia nefasta e irresponsável da não dinamização do transporte ferroviário na região e da predação do património público, por via do desmantelamento da linha, e alteração subversiva do uso do canal para uma ciclopista, em lugar de procurar para a linha do Tâmega o que os autarcas do marco de Canavezes perseguem para a Linha do Douro. A propósito, - a quem cabe a responsabilidade do levantamento das travessa e carris, no troço encerrado da linha do Tâmega, em pleno concelho de Amarante?

Que destino é para dar às travessa e aos carris que foram arrancados à ferrovia?

Seguindo o exemplo que nos chega proveniente do vizinho concelho do Marco de Canavezes, e na perspectiva do interesse público local e regional, é tempo desta Assembleia empenhar-se em avaliar a política do Município de Amarante no que concerne especificamente à linha do Tâmega.

Tomemos consciência, entretanto, que a anuência e o voto da Assembleia Municipal de Amarante ao apoio à revitalização da Linha do Douro é contrária ao posicionamento até hoje assumido pela CP e pela REFER, também para a linha do Tâmega, e é sobretudo incongruente com o conhecimento alinhamento da Câmara Municipal de Amarante com as administrações daquelas empresas publicas, aceite e definida publicamente pelo Presidente da Câmara sobre aquela mesma matéria.

No entanto, o presente objectivo de revitalização da Linha do Douro e a sua reactivação até à fronteira, sendo um desiderato para os marcoenses, deve também ser entendido por todos nós, membros da Assembleia Municipal de Amarante, e pelo órgão executivo municipal, como uma excepcional oportunidade a dar sentido à reivindicação justa do povo de Basto e de Amarante para a requalificação da via estreita e

reabertura da Linha até ao Arco de Baúlhe, e como reforço consequente à proposta para que hoje somos convocados a aprovar.

Portanto, a partir de agora, com a associação dos membros desta Assembleia Municipal à causa da revitalização e reabertura da Linha do Douro, é também toda a problemática inerente à Linha do Tâmega que passa a estar na ordem do dia.

Esta causa tem, pois, o nosso apoio expresso inequívoco.”

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

Disse que se congratulava com as palavras do orador anterior. Mas também tem algo a acrescentar. Esta aprovação deve ser feita. Devíamos anexar um pedido formal para que a Câmara e o senhor Presidente da Assembleia possam neste caso fazer pressão para que a linha do Douro fosse electrificada e se possível duplicada, porque afinal serve não 15.000 pessoas mas sim 60.000, para já não falar dos utentes dos municípios vizinhos. Não se preocupa muito porque sabe que o Presidente da Câmara do Marco trabalha nesse sentido. Gostaria de ver o de Amarante a fazer um esforço para que realmente possa ser completado o trabalho. A ligação da via do Tâmega ao arco também deve merecer uma atenção especial por parte do senhor Presidente da Câmara. Deve também lutar-se pelo alargamento da via do Tâmega da Livração até a Amarante.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que queria prestar solidariedade aos oradores anteriores. É evidente que a linha do Douro interessa à nossa região. Para já devemos lutar pela requalificação da Linha do Douro. É muito importante para a nossa região. É também preciso que a Câmara perceba que a estação em Vila Meã é demasiado importante, pela quantidade de pessoas e bens que por ali circulam. A Assembleia Municipal deve ficar com a recomendação de que o comboio em Vila Meã é um polo de desenvolvimento.

SR. CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que ia deixar um apelo de modo a salvaguardarmos o futuro. Como Amarante está numa zona cinzenta, devemos olhar para a linha férrea como uma questão estruturante. Se Amarante tiver uma boa ligação estratégica à futura linha de alta velocidade, terá a possibilidade de trazer e levar pessoas para outros locais. De qualquer das formas devemos lutar pela requalificação do eixo que já existe, uma vez que a linha é importante para a nossa região.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que o primeiro grande problema da linha do Douro é o facto da REFER andar a reboque da CP.

Na sua óptica não adianta muito recuperar esta linha se não forem recuperadas todas as outras. Neste momento, o senhor Presidente da

Câmara do Marco está com problemas em expropriações de terrenos para pode ser alargada a linha. Mais uma vez se vê obrigado a cumprir as más promessas do seu antecessor. No último encontro com o senhor primeiro ministro quem pôs o problema da linha do Douro foi Amarante. O do Marco apenas pediu apoio especial para a sua região. A electrificação até ao Marco está assegurada pelo senhor ministro das obras públicas. O alargamento da via também vai ser executado. Se a linha continuar suburbana continuará o comboio a para em todas as estações e apeadeiros. Nesse aspecto Oliveira está muito bem preparada para qualquer melhoria que possa vir a acontecer.

Quanto ao Museu do Arco de Baúlhe, disse que é uma mais valia para toda a zona do Tâmega. A CP tem é de assumir que aquela linha seja suburbana. Sabe que há prioridade para a linha da Trofa, dada a importância que ela tem para o metro do Porto.

Quanto à manifestação a favor da linha, quem a promoveu foi um senhor inglês interessado em explora-la comercialmente, mas esse dia não lhe correu bem, porque era maior o número de jornalistas que os manifestantes.

Continuou a sua intervenção dizendo que o levantamento dos carris foi feito pela REFER. Aconteceu para já em Amarante, porque foi Amarante quem primeiro assinou o protocolo de cedência daquela área ocupada até agora pela linha. Mesmo assim a REFER demorou dois anos a assinar o documento. Deu-se o mesmo para as estações. Amarante só aceitará a de Amarante depois de despejada dos materiais que lá se encontram.

Usou de novo a palavra, o senhor **DR. PEDRO CUNHA**, que disse o senhor Presidente transformou um assunto pacífico num tema agressivo falando no Presidente da Câmara do Marco. O Presidente da Câmara do Marco, tal e qual o de Amarante tem a obrigação de defender o seu concelho. Não lhe parecem bem estes comentários, porque ultrapassam em muito aquilo que é razoável. O povo, é muitas vezes levado em alturas de eleições sem ter culpas. Neste momento o que devemos discutir é a defesa de linha do Douro e não julgar Presidentes de Câmara.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que a sua anterior intervenção trouxe novos argumentos. O discurso do senhor Presidente da Câmara é nostálgico, que luta contra o passado e vê no Marco adversários que já lá não estão. A questão da Linha do Tâmega tem sentido porque continua em Plano ferroviário nacional. Se não for defendida, vai contra o interesse público. Não são contra a construção da ciclovia, mas é importante saber-se para que fim aquela linha foi em tempos construída. Houve, há época doações e expropriações que terão de ser salvaguardadas. AS pessoas foram expropriadas e doaram, nalguns casos terrenos para um fim que agora poderá ser alterado, o que poderá obrigar a REFER a ter de ressarcir as pessoas que nessa época se viram sem os seus bens. Quem vai assumir isso?

Usou de novo a palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que, respondendo ao senhor Dr. Pedro Cunha disse que todos temos o nosso orgulho. Quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele. Quando tiver de estar na carruagem da frente vai estar. Não foi ele quem levantou os méritos e os deméritos ao antigo Presidente da Câmara do marco. Não admite que se tirem dividendos das suas actuações.

Entretanto o senhor **DR. PEDRO CUNHA** perguntou ao senhor Presidente da mesa se podia ter acesso à gravação dos CDs?

Por sua vez o senhor **ENGENHEIRO ALBERTO SAMPAIO**, perguntou onde está salvaguardado o interesse de Amarante nesta questão, porque a acta nada diz a esse respeito.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, o ponto agora em análise foi posto á votação de que resultou a aprovação por UNANIMIDADE. A minuta foi também aprovada por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 5 – HABITAÇÃO SOCIAL – CONDIÇÕES GERAIS DE ALIENAÇÃO- PRPOSTA DE ALTERAÇÃO DA CLAUSULA REALTIVA AO DIREITO CONVENCIONAL DE PREFERÊNCIA

Usaram da palavra, relativamente a este ponto o senhores:

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que estranhava a posição da Caixa Geral de Depósitos. Sobre o ponto de vista jurídico é uma aberração aquilo que a Caixa pretende. Por isso põe-se aqui um questão prática. As pessoas estavam à espera que as escrituras fossem feitas. Terão contratado com a Caixa os mútuos com hipoteca e a caixa Geral de Depósitos terá feito esta imposição. A Câmara ponderando os interesses em jogo terá optado pela satisfação dos interesses das pessoas que compraram. Entende perfeitamente essa posição e compreende que se salvaguardem os interesses de quem compra, evitando que se atinja uma caducidade que não consegue alcançar. Havia uma caducidade que estava prestes a verificar-se e a Câmara Municipal de Amarante optou por esta situação. O que agora se pretende é que a Assembleia ratifique a proposta que fez. Deduz , pela leitura que faz ao documento que as escrituras já estão feitas. Não há nada que impeça que os interessados contratem outras entidades bancárias. Se o podem fazer terão de verificar se as outras entidades bancárias. Disse que também não sabia quais os fundamentos que o parecer jurídico invoca. Ficaram umas considerações do Dr. Sérgio que em nada elucidam.

O que é que a Caixa pretende? Pretende que o direito de preferência que a Câmara e que está consignado nas condições gerais de alienação subsista em todas as transmissões feitas a título oneroso, salvo se for venda judicial para cobrança do crédito contratado para esta aquisição. Sabendo nós que o que está por traz de tal direito de

preferência é a preocupação de evitar que haja um entendimento em futuras transmissões, e também a possibilidade da Câmara adquirir o imóvel ou a fracção quando isso lhe interessa, não parece que seja algo que possamos decidir aligeiramente, aceitando desde logo as imposições da Caixa Geral. Por outras palavras; o que se pretende dizer é que se existe este direito de preferencia convencional, e se esse direito está estabelecido no interesse da Câmara, não é uma qualquer imposição que vai permitir que aceitemos a perda desse direito. Porquê? Pode acontecer que, estando a fracção hipotecada a determinada pessoa, essa pessoa deixe de pagar o crédito, a caixa propõe a acção executiva. O prédio é vendido por carta fechada. . Alguém oferece um valor baixíssimo e a Câmara, que se demitiu desse direito deixava de ter a possibilidade de adquirir nesta altura, ou em tribunal essa fracção pelo preço que um qualquer terceiro poderia adquirir. A Câmara perde assim direitos e vantagens. Por outro lado, quando uma instituição bancária contrata com alguém um mútuo com hipoteca, só quer é que o seu crédito seja pago. Não se entende porque é que se há-de limitar um direito de preferência, se não se pode de igual modo limitar o direito de remissão. Continua a não saber quais são os argumentos que a Caixa Geral de Depósitos invoca. Não devemos sem mais aceitar esta imposição da Caixa. Por isso, o Movimento abster-se-á ou votará contra.

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que o critério de avaliação das coisas não lhe foi respondida uma questão que anteriormente colocou. Perguntou se o critério da avaliação das coisas é a multidão ou a intrinsecidade da coisa? Está farto de multidões. A verdade é só uma. Hoje falou-se de utopia por todos os lados. Cometeram-se atropelos ao civismo. Quando se comporta procura seguir os princípios cívicos, morais e éticos que o formaram. Portanto, não está preso a nada nem a ninguém. Quanto a este assunto vai seguir a indicação de um jurista., porque se ele diz para ter cuidado, vai ter cuidado.

Perante estas palavras, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que disse ao orador anterior que o seu critério é do bom senso e não o do senso comum.

DRA. OCTÁVIA CLEMENTE – VEREADORA

No uso da palavra, disse que esta proposta aparece no seguimento da exigência da Caixa Geral de Depósitos. Como já tinham sido feitos alguns registos, não é agora possível as pessoas passarem para outro banco. Foi explicado à Caixa o modo de proceder, mas mesmo depois dessa explicação a exigência manteve-se. Poderá numa situação extrema haver algum prejuízo para a Câmara, mas mesmo assim torna-se necessária alterar as condições de modo a não prejudicar as pessoas.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito, passou-se de imediato à votação deste ponto. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0
ABSTENÇÕES – 6
VOTOS A FAVOR – 56

Foi também aprovado em minuta por **UNANIMIDADE.**

Como estava neste momento cumprida a Ordem de Trabalhos previamente agendada para esta Sessão, quando eram 17.30 horas o senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão. Da qual foi lavrada a presente acta, de depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____